



REVISTA

Cadernos de Educação

FaE | PPGE | UFPel

ARTIGO | DOSSIÊ Instituições, História e Patrimônio Cultural

Fontes, História e Memória do Centro Municipal de Educação Infantil Tio Patinhas de Mandaguari / PR (1950-2000)*Sources, History and Memory of the Municipal Center for Early Childhood Education Tio Patinhas of Mandaguari / PR (1950-2000)**Fuentes, Historia y Memoria del Centro Municipal de Educación Infantil Tío Patinhas de Mandaguari / PR (1950-2000)*Cláudia Sena Lioti
Márcia Marlene Stentzler**RESUMO**

Este artigo objetiva analisar a história da criação e existência do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Tio Patinhas de Mandaguari/PR, entretecida à concepção de infância e organização socioeducacional brasileira. A instituição educacional foi criada no ano de 1950, logo após a fundação do município de Mandaguari/PR e permanece até os dias atuais sendo referencial para a educação infantil na cidade. A pesquisa foi organizada com base em fontes documentais disponíveis em arquivos, bem como respostas a questionários, entremeadas a pesquisas já desenvolvidas na área. Desvelaram-se aspectos da história e memória deste CMEI em sua relação com a concepção de infância, as transformações sociais e a legislação educacional.

Palavras-chave: CMEI Tio Patinhas; Educação infantil; Infância; História e memória.

ABSTRACT

This article aims to analyze the history of the creation and existence of the Municipal Center for Early Childhood Education Tio Patinhas in Mandaguari /PR, intertwined with the conception of childhood and Brazilian socio-educational organization. The educational institution was created in 1950, soon after the founding of the city of Mandaguari/PR and remains to this day a reference for early childhood education in the city. The research was organized based on documentary sources available in archives, as well as answers to questionnaires, interspersed with research already developed in the area. It unveiled aspects of the history and memory of this Municipal Center for Early Childhood Education in its relation to the conception of childhood, social changes, and educational legislation.

Keywords: Municipal Center for Early Childhood Education Tio Patinhas; Early Childhood Education; Childhood; History and memory.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la historia de la creación y existencia del Centro Municipal de Educación Infantil Tio Patinhas de Mandaguari/PR, entrelazada con la concepción de la infancia y la organización socioeducativa brasileña. La institución educativa fue creada en 1950, poco después de la fundación de la ciudad de Mandaguari/PR y permanece hasta hoy siendo una referencia para la educación infantil en la ciudad. La investigación se organizó a partir de fuentes documentales disponibles en archivos, así como de respuestas a cuestionarios, intercaladas con investigaciones ya desarrolladas en la zona. Se desvelaron aspectos de la historia y memoria de este Centro Municipal de Educación Infantil en su relación con la concepción de la infancia, los cambios sociales y la legislación educativa.

Palavras clave: Centro Municipal de Educación Infantil Tio Patinhas; Educación infantil; Infancia; Historia y memoria.

Introdução

Este artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa *Stricto sensu* concluída e divulgada recentemente a respeito da história do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Tio Patinhas de Mandaguari/PR. Este estudo traz uma reflexão sobre os principais momentos da história e memória dessa instituição.

Ao investigar a trajetória histórica da instituição pré-escolar supracitada entre 1950 e 2000, busca-se situar o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Tio Patinhas de Mandaguari/PR, junto à história da educação nacional e às mudanças educacionais na cidade, em contexto sócio-histórico. A narrativa organizou-se com base em fontes documentais localizadas no arquivo da instituição, na Secretaria Municipal de Educação de Mandaguari, na Prefeitura Municipal, na Câmara Municipal de Vereadores e com pessoas da comunidade. Esses materiais ampliam a possibilidade de compreender o passado e aproximam o pesquisador de seu propósito de estudo, dando pistas de como a escola se organizou e os caminhos percorridos em sua trajetória histórica.

A instituição foi inaugurada em 21 de setembro de 1950, apenas três anos após a cidade de Mandaguari tornar-se um município independente. Ao longo de sua existência adotou diferentes denominações. Neste artigo utilizamos, preferencialmente, CMEI Tio Patinhas.

Ao longo do período delimitado para essa pesquisa houve organização e “[...] luta por expansão do acesso ao ensino às camadas carentes da sociedade, proporcionando a equidade na educação com princípios de liberdade e democracia” (LIOTI; STENTZLER, 2020, p. 22). Destaca-se a Constituição Federal (BRASIL, 1988) e decorrentes legislações como, por exemplo, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que estabeleceu o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), assegurando à criança o direito à educação e de ser compreendida como um ser sócio-histórico (KUHLMANN JR., 1998). A legislação máxima do Brasil foi decisiva na afirmação e compreensão da infância. Em seu artigo 227, dispõe:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e aos adolescentes com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

A compreensão do espaço social, econômico, cultural e político em que o CMEI foi organizado, ao longo de sua existência, marcou a história e a memória da comunidade mandaguariense. Concordamos com Le Goff (1990, p. 435), para quem “[...] a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”. Nessa pesquisa, também buscamos fontes que revelam memórias acerca dessa escola por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários respondidos por ex-alunas. Essas memórias se entrelaçam à história da organização social, conforme assevera Hobsbawm (1998, p. 22), “[...] ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade) ainda que apenas para rejeitá-lo”. Por isso é tão necessário buscar conhecer o passado e suas representações para uma determinada comunidade e as pessoas que nela vivem.

Esse artigo objetiva analisar a história da criação e existência do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Tio Patinhas de Mandaguari/PR, entretecida à concepção de infância e organização socioeducacional brasileira. Empregou-se, como estratégia de pesquisa a análise de fontes bibliográficas,

documentais e orais, conforme detalhado a seguir. As fontes revelam aspectos do passado e de outros olhares acerca do objeto. Por meio das respostas aos questionários, fotografias, notícias de jornais, atas e registros foi possível escrever sobre a história e a memória do CMEI.

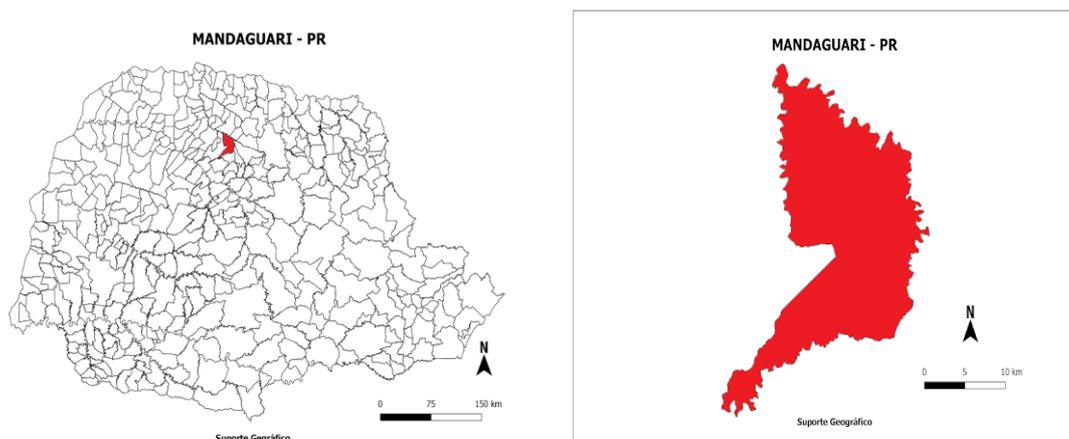
A pesquisa se desenvolveu no ano de 2020 e 2021, durante o período da pandemia provocada pelo novo Coronavírus. Foi aprovada pelo Comitê de Ética da Unespar no ano de 2020 e adotou todas as medidas éticas previstas, bem como quanto ao distanciamento social, tanto na pesquisa aos arquivos quanto na consulta às 15 pessoas que responderam ao questionário por e-mail ou em formulário impresso, em suas residências. Seleccionamos duas respostas para este artigo.

As fontes de pesquisa

Além do diálogo estabelecido com pesquisadores, o conhecimento organizado nesta investigação tem por base a legislação e as fontes documentais ainda não estudadas, como atas, fotografias, periódicos e registros diversos, como as entrevistas, que permitiram conhecer aspectos da sociedade e da educação no município de Mandaguari/PR.

Julgamos importante também, a apresentação de um mapa indicando a localização do município de Mandaguari no estado do Paraná, conforme segue. Convém lembrar que o Brasil tem um território extenso e que marcadores espaciais são importantes para a melhor compreensão do texto.

Figura 1 – Localização de Mandaguari no Paraná



Fonte: IBGE, Cidades (2020).

Sobre a pesquisa e conhecimento histórico, Le Goff (1990) e Burke (2016) concedem destaque para o papel central das bibliotecas e arquivos na sociedade. Acervos dessa natureza, analisados sob a luz da metodologia científica, permitem acessar e compreender aspectos do passado.

Em relação ao acervo e à preservação dos documentos que foram reunidos ao longo dos 71 anos da trajetória histórica do CMEI Tio Patinhas, enfatiza-se que nem todas as gestões da instituição conseguiram conservar a documentação de sua época. Atualmente, há, no CMEI, um espaço improvisado onde o material histórico está guardado. É uma sala pequena, escura e sem ventilação, que serve, também, como depósito para mesas e cadeiras reservas.

Nesse espaço, denominado de “arquivo escolar”, foi localizada grande parte das fontes citadas nesta pesquisa em forma de livros de chamada, cadernos, pastas, fotografias, convites, cartas, cartões, ofícios e relatos, entre outros. Eles nos proporcionaram informações fundamentais para compreender a história da pré-escola, suas repercussões junto à sociedade local e desdobramentos, conforme explicitado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Especificação das fontes encontradas no arquivo do CMEI e utilizadas na pesquisa

Nome da Fonte	Características	Período
Álbuns de fotografias	Há álbuns referentes a festividades como o Natal, Páscoa, desfiles e atividades pedagógicas diferenciadas, a título de exemplo, as apresentações teatrais.	De 1950 a 2020
Caderno de Prescrições Médicas	Nesse caderno, estão as prescrições para as crianças que precisavam passar pelo gabinete médico ou dentário entre 1951 e 1956.	De 1951 a 1956
Livros de Chamada	Década de 1950 - Os livros são de capa dura, de couro e variam na cor da capa. As capas estão preservadas, assim como as páginas internas, apesar de amareladas e envelhecidas. As informações contidas são perfeitamente compreendidas.	Um de 1951 Dois de 1953 Um de 1954
	Década de 1960 - Os livros são de capa dura, mas estão encapados com plástico colorido. São cadernos, provavelmente, comprados em papelarias do município. Em alguns, ainda há a etiqueta com o valor. Divergem entre si apenas nas cores das capas. São muito bonitos e, provavelmente, foram escolhidos com muito cuidado, não apenas pelo garbo e a aparência, mas por serem similares.	Um de 1960 Um de 1961 Um de 1962 Um de 1968
	Década de 1970 - Os livros divergem dos anteriormente citados, pois já não são cadernos comprados em livrarias; são similares àqueles que temos nas escolas nos dias atuais com os emblemas da Secretaria de Educação do Estado, papel branco e flexível.	Quatro de 1977 Dois de 1978 Dois de 1979
	Década de 1980 - A quantidade de Livros de Chamada disponíveis no arquivo escolar da década de 1980 pode não representar o	Cinco de 1980 Cinco de 1981

	número de turmas ou de alunos matriculados. Ao longo dessa década, a pré-escola passou a receber uma quantidade maior de alunos e os livros de chamada voltam a ser com capas de couro e estão encapados com plástico colorido.	Dois de 1982 Sete de 1983 Nove de 1984 Seis de 1988 Nove de 1989
Livros de Despesas Escolares	Foram localizados dois livros de despesas escolares. Nesses, estão os registros dos valores arrecadados em festas, doações das famílias dos estudantes, da comunidade e de empresas da região, assim como as despesas diretas da escola com alimentos, materiais pedagógicos e de limpeza.	De 1950 a 1959 De 1982 a 1988
Livro Ponto	São cadernos, adquiridos em livrarias da cidade, com capas grossas, na maioria das vezes, encapados com plástico colorido. As informações contidas estão preservadas. Foram adaptados para a situação, com registro das frequências dos funcionários e assinatura individual do horário de início e término do trabalho.	De 1950 a 2000
Livros de Visitas	O primeiro tem capa dura, preta, com uma tarja branca e o título datilografado em letras pretas de caixa alta. Nele, estão os registros com impressões das famílias e pessoas da comunidade sobre a pré-escola e o trabalho desenvolvido nela. Tem medidas de 33x23 cm, está preservado, apenas as folhas estão amareladas pelo tempo. No outro livro estão registradas as impressões de pessoas da elite econômica e cultural do município e do estado, entre os anos de 1950 e 1979, como do Governador Moysés Lupion, além de outros políticos e autoridades. Esse livro tem medidas menores que o outro, com 20x18 cm, capa dura, vermelha e está em ótimo estado de preservação.	De 1950 a 1972 De 1950 a 1979
Pasta com fichas de servidores	Nela estão guardadas as fichas com as informações básicas de cada servidor. Encontram-se a avaliação de desempenho dos funcionários, a portaria que permitiu cada contratação e os atestados médicos que os servidores apresentaram.	De 1950 a 1960.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

Os Livros de Chamada entre 1990 e 2000 estão guardados no arquivo escolar e foram examinados durante o estudo. Na Câmara Municipal de Mandaguari, foi disponibilizado um arquivo em que estão as principais discussões do legislativo entre 1950 e 1955. Mais de mil documentos em forma de Atas, Leis e Decretos, os quais foram analisados um a um e fotografados, quando necessário.

Na Prefeitura Municipal de Mandaguari, não tivemos acesso à totalidade da documentação disponível em razão dos cuidados com a pandemia. Foi aberto um protocolo pedindo os documentos que interessavam. Retornarmos para buscá-los em outra data. Eram Leis, Decretos, matrículas municipais e a planta da escola.

Esses locais de pesquisa nos proporcionaram um encontro com fontes desconhecidas para a história da educação e que foram fundamentais para essa investigação. Le Goff (1990) ressalta a importância do diálogo com os

documentos em uma pesquisa histórico-educacional, de maneira a defender que tais materiais se tornem fontes por uma escolha do historiador.

O documento não é inócuo. É antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas, durante as quais, continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 1990, p. 548).

Também utilizamos notícias publicadas em periódicos locais como: o *Jornal Gazeta Regional* (1986 até 2020) e o *Jornal Folha de Mandaguari* (1959 até ano 1970), cujo acervo consultado pertence, respectivamente, a Felipe Bittencourt, diretor do *Jornal Gazeta Regional*, e Cleidson Florêncio dos Santos, um cidadão apaixonado pela história local e colecionador de um rico material histórico. O jornalista André De Canini também facilitou o contato com familiares de pessoas que foram fundamentais para a construção da história de Mandaguari, como o ex-prefeito Pullin (1949-1953). Por meio dessas buscas, estávamos entrando em contato com o passado, que segundo Bloch (2001, p. 75) “[...] é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado está em progresso, que incessantemente se transforma e se aperfeiçoa”. Esses materiais e documentos permitem compreender os encaminhamentos adotados em outros tempos.

Realizada essa apresentação das fontes, o artigo se desenvolve tendo a seguinte organização: primeiramente, situamos a criação do CMEI Tio Patinhas na história do município de Mandaguari; em seguida, apresentamos a instituição e particularidades em relação à educação infantil em âmbito nacional e municipal. Os fatos aqui narrados não são simples ressonâncias dos fenômenos que aconteciam em cenário nacional, pois, a instituição adquire identidade própria na medida em que desenvolve as atividades e produz uma memória junto à comunidade.

A emancipação de Mandaguari

O município de Mandaguari/PR está localizado na região norte-central do estado do Paraná, a cerca de 400 quilômetros da capital, Curitiba. A trajetória histórica de Mandaguari teve seu início a partir da Companhia de

Terras Norte do Paraná (CTNP), fundada em 24 de setembro de 1925 (MOURÃO, 2011).

Em novembro de 1947, Mandaguari foi elevada à condição de município, deixando de ser uma vila da cidade de Apucarana/PR. Nesse mesmo ano foi realizada a primeira eleição municipal na qual foi eleito como primeiro prefeito Décio Medeiros Pullin, cujo mandato foi de 13/12/1947 a 10/12/1951. Segundo Huss (2012, p. 35), “a administração do prefeito Pullin ofereceu condições para a expansão do município, particularmente, no que se refere à questão educacional”. Essa gestão foi responsável pela construção da primeira instituição de atendimento à infância na região, o Parque Infantil Décio Medeiros Pullin, atual CMEI Tio Patinhas.

Mourão (2011, p. 43) aventa que, durante o mandato de Pullin, a cidade “[...] obteve crescente arrecadação” e com isso houve investimentos em diferentes áreas. No que se refere ao acelerado crescimento da região norte do estado do Paraná vivenciado entre o fim dos anos de 1940 até 1960, Magalhães Filho (2006, p. 135) expõe:

Esse impacto transcendia seus aspectos meramente econômicos: era como se uma nova sociedade se estivesse instalando rapidamente em território paranaense, sem qualquer elo com o Paraná preexistente, ou tradicional, como passaria frequentemente a ser chamado. A população do Estado praticamente duplicou em dez anos, chegando a 2,1 milhões em 1950, e repetiu o feito nos dez anos seguintes, alcançando os 4,3 milhões, em 1960.

Ocorreram, entretanto, decisões políticas que foram na contramão do desenvolvimento da cidade. No ano de 1951, foram criados os atuais municípios de Marialva, Maringá e Paranavaí, por meio da Lei nº 790 (PARANÁ, 1950), desmembrados de Mandaguari. Isso ocorreu, pois, esses distritos contavam com população maior que a da própria sede. Em 1951, Mandaguari tinha 16.653 habitantes, Maringá, 38.568, e Paranavaí, 25.520 (MANDAGUARI, 2010). A emancipação dessas vilas impactou o município, encolhendo a abrangência territorial, da população e da arrecadação de impostos.

O CMEI Tio Patinhas (1950-2000)

O Parque Infantil Décio Medeiros Pullin de Mandaguari foi inaugurado em 21 de setembro de 1950, foi uma resposta às necessidades educacionais, pois não havia, no município e na região, uma instituição voltada para o atendimento de crianças pequenas. A Figura 2 é do prédio em fase de finalização da construção¹.

Figura 2 – Parque Infantil Décio Medeiros Pullin em fase final de construção



Fonte: Grupo Mandaguari Histórica (1950).

Consideradas as especificidades da pesquisa, segundo Bencostta (2005), havia relação entre as características dos edifícios escolares em construção com o processo de urbanização e desenvolvimento vivenciado pelas comunidades nas quais esses edifícios estavam sendo construídos. Ao longo da existência a instituição recebeu diferentes nomes, conforme o quadro a seguir:

Quadro 2 – Denominações do CMEI Tio Patinhas

Período	Nome
De 1950 a 1969	Parque Infantil Décio Medeiros Pullin
De 1969 a 1978	Jardim de Infância Tio Patinhas
1978	Jardim de Infância Municipal Tio Patinhas (Decreto nº 5.342, de 8 de agosto de 1978)
1997	Pré-Escola Municipal Tio Patinhas (Resolução nº 959, de 13 de março de 1997)

¹ Na Figura 2, identificamos as seguintes autoridades: o militar Capitão Nerino, com o seu traje oficial de policial militar. A mulher com saia preta e blusa xadrez é Augusta Coelho Pullin, a esposa do prefeito Décio Medeiros Pullin. A última pessoa, com terno claro bege, é o Dr. Ary da Cunha, o primeiro prefeito municipal. Não foi possível localizar informações sobre trabalhadores que aparecem na fotografia.

1998	Pré-Escola Municipal Tio Patinhas – Educação Infantil (Deliberação nº 003/1998 do CCE)
2006	Centro Municipal de Educação Infantil Tio Patinhas (Resolução nº 1.819, de 26 de abril de 2006)

Fonte: Paraná (1978; 1997; 1998); Mandaguari (2006); PPP (2016).

De acordo com Mioto (1977), no ano de 1950, primeiro ano de funcionamento, a instituição recebeu 250 crianças entre 3 e 6 anos de idade. A figura a seguir (Figura 3), é um registro da primeira festividade natalina na escola. O momento foi registrado e eternizado por uma fotografia tirada em frente ao então Parque Infantil com as crianças segurando um presente e o “Papai-Noel” entre elas. Nas laterais, estão adultos, que presumimos sejam as funcionárias, as autoridades e algumas mães.

Figura 3 – Primeira comemoração natalina



Fonte: CMEI Tio Patinhas (1950).

O Parque Infantil Décio Medeiros Pullin foi uma forma do município se adequar à administração do estado, com a instalação de estabelecimentos para o atendimento escolar das crianças pequenas nas principais cidades do Paraná, as quais deveriam se adequar ao recém-instalado “Regimento Interno dos Jardins de Infância” (PARANÁ, 1950), instituído na gestão do secretário de Educação e Cultura do Estado do Paraná, Erasmo Pilotto (1949-1951). Tal documento é um conjunto de disposições para regularizar e direcionar as ações dos Jardins de Infância.

Ademais, a imprensa teve um papel importante na difusão de representações sobre a educação infantil. Em 1º de janeiro de 1950, segundo o

Jornal *Gazeta do Povo*, o Paraná tinha sido referenciado em uma notícia do Jornal *Gazeta de São Paulo*, como exemplo de progresso em vários âmbitos, inclusive, na educação. Destacava que “O surto de progresso moral, material e cultural vivido pelo Estado do Paraná atualmente é vertiginoso” (GAZETA DO POVO, 1950, p. 4).

Em meados do século XX, cerca de 192.808 crianças paranaenses em idade pré-escolar ainda não frequentavam instituições de atendimento à infância sendo respectivamente: 67.073 crianças de 4 anos; 63.466 crianças de 5 anos; e 62.269 crianças de 6 anos (IBGE, 1950). Segundo Souza (2004), desse total, somente 3.621 crianças estavam matriculadas em estabelecimentos de Educação para a infância. Um número pequeno diante do grande potencial educativo que a Educação Infantil representava, correspondendo apenas a 1,88% do total.

Nesse contexto, criar instituições para a primeira infância era uma necessidade. De acordo com informações do Projeto Político-Pedagógico da escola, na data da inauguração do Parque Infantil houve uma grande festividade em que o então governador do estado Moisés Lupion se fez presente e “[...] fez a doação de um gabinete dentário” (PPP, 2016, p. 9), cuja fotografia dos equipamentos e a sala escolar encontra-se no arquivo do estabelecimento. A pré-escola também contava com uma sala para triagens médicas. Há registros sobre alguns encaminhamentos entre 1951 e 1956, no Caderno de Prescrições Médicas, localizado no acervo escolar.

Segundo Ghiraldelli Júnior (1988), do final do século XIX até o início do século XX, as propostas educacionais brasileiras empreendidas para atender em especial, à infância das classes socialmente desfavorecidas, tinham como âmbito o higienismo, alicerçado na instrução básica para o civismo e o moralismo. Segundo Kuhlmann Jr. “[...] os higienistas discutiam os projetos para a construção de escolas, a implantação dos serviços e inspeção médico-escolar, e apresentavam sugestões para todos os ramos do ensino, em especial com relação à educação primária e infantil” (1998, p. 91).

Mas, a escola carecia de outros investimentos para melhorar seu funcionamento. A Câmara Municipal estava atenta a essa necessidade, conforme o Ofício nº 02/1953, de 10 de janeiro, assinado por Élio Duarte Dias, então presidente, dirigido ao prefeito, solicitava-se verbas públicas urgentes

para “[...] reparos no muro que fecha a quadra onde se acha edificado o Parque Infantil” (MANDAGUARI, 1953, s.p.).

Além dos recursos municipais a instituição recebia verbas do estado para a manutenção. O Ofício nº 57/54, de 6 de julho, assinado por Napoleão de Alencar Filho, então presidente da Câmara Municipal de Mandaguari e aprovado por 17 dos 20 vereadores foi destinado ao governador Bento Munhoz da Rocha Neto, cobrando o envio de recursos para a compra de merenda para os alunos do Parque Infantil. Embora houvesse compromisso, essa ainda não havia sido enviada, conforme o histórico:

[...]

1º). Em data de 30/1/1953 foi por Vossa Excelência magnanimamente sancionada a Lei nº 1.121, que destinava para o Parque Infantil de Mandaguari, uma verba de Cr\$ 60.000,00 anuais;

2º). Que a verba citada, deveria ser paga a razão de Cr\$ 5.000,00 mensais, já se encontrando vencido sem pagamento algum, e a segunda já vai para o término de seu vencimento sem que, o Tesouro do Estado tenha encaminhado a verba já vencida, e os pagamentos mensais referentes a verba do exercício corrente.

3º). Que o estabelecimento citado vem passando por situações econômicas bastante precárias, porque a esperada verba de Cr\$ 60,000,00 se destina única e exclusivamente para fornecer às crianças, o período do recreio, o lanche de que necessitam. Assim, diante da necessidade que vem passando o Parque Infantil de Mandaguari, é que este Legislativo vem pedir a vossa Excelência, apoio e providencia, a fim de que, dita verba venha a ser paga, pedido este que fazemos diretamente a vossa Excelência, por saber o grande dedicado às crianças, que no amanhã construirão o Paraná maior (MANDAGUARI, 1954, s.p.).

O documento expressava a displicência do estado quanto ao envio de recursos para a manutenção da escola, afetando a alimentação das crianças. No entanto, essa realidade expressava um quadro comum em âmbito nacional. Segundo Lioti e Stentzler (2020), na década de 1950 e início dos anos de 1960, vivia-se o clímax de um momento histórico em que se articulava a elaboração e aprovação da primeira LDB que viria a ser aprovada em agosto e promulgada em 20 de dezembro de 1961, a Lei nº 4.024 (BRASIL, 1961). Esse foi um momento profícuo para a luta pela educação pública em âmbito nacional. Destaca-se a Campanha em Defesa do Ensino Público, entre 1959 e 1961 que foi idealizada por Florestan Fernandes (1920-1996). Exigia que o

estado investisse na educação como forma para o avanço do ensino público, a democratização e a universalização do acesso à escola.

O Parque Infantil de Mandaguari contou com um espaço externo e interno privilegiado para a realização das atividades pré-escolares. Na Educação Infantil, os espaços que compõem a escola devem se integrar, de modo que não haja ambientes privilegiados para a realização das atividades, para as interações e brincadeiras, as quais são o eixo para o estímulo do desenvolvimento nas diversas áreas de conhecimento. A metodologia acompanhava o que era de mais moderno para a educação, como por exemplo, explorar a literatura infantil por meio de peças teatrais.

Figura 4 – As fadas



Fonte: CMEI Tio Patinhas (1951).

Essa fotografia (Figura 4)², assim como várias outras localizadas, revela que espetáculos teatrais eram usados como estratégias lúdicas para criar espaços de aprendizagens diversas, como o estímulo ao desenvolvimento da oralidade, da autoestima, da imaginação, do pensamento e dos aspectos afetivos e sociais. Nota-se que a utilização da metodologia ativa, cujo eixo estava fixado no interesse da criança, sendo as dramatizações um recurso para oportunizar experiências.

² A Figura 4 mostra a encenação de um conto de fadas. As alunas (todas meninas brancas) estão lindamente trajadas e a decoração do ambiente é sofisticada. São sete meninas. As seis meninas que estão deitadas usam vestido com modelagem muito parecida, mas com cores diferentes. A grandiosidade da apresentação pode ser vista, também, por meio do vestido da criança que representa a fada e a variação de cortinas que compõe o cenário.

Contudo, a educação infantil também se transformava na medida em que propostas tecnicistas para a educação da infância eram postas em prática a partir de 1964. Ou seja, as proposições se fundamentavam em orientações técnicas para a aprendizagem e objetivavam estimular a criança a dominar a leitura e a escrita ainda na Educação Infantil. Oliveira (2005) assevera que tais metodologias podem subtrair da criança o prazer pelas atividades lúdicas, tão importantes para a formação integral dos sujeitos entre 0 e 6 anos, limitando-as em seu tempo nas brincadeiras comuns à infância.

Figura 5 – Desfile de aniversário de 20 anos da emancipação do município



Fonte: CMEI Tio Patinhas (1966).

A fotografia mostra que desfiles eram prestigiados pela comunidade em geral, com um grande número de pessoas assistindo. Essas comemorações cívicas, embora tenham perdido força nos regimes democráticos, seguem acontecendo, especialmente, em cidades pequenas, como Mandaguari, porque os cidadãos compreendem como parte da memória, mas já não são obrigatórios.

Mioto (1977) destaca que a quantidade de alunos cresceu ano após ano e, em 1970 eram 320 alunos matriculados. Um reflexo da nova configuração do padrão de acumulação capitalista, apoiando-se na urbanização e na industrialização. As famílias deixavam o campo em busca de vagas de trabalho nas indústrias. A cidade crescia e, de acordo com uma pesquisa de Silva (2014, p. 49-50), levando em consideração as especificidades sobre esse processo, a migração da população brasileira do campo para as cidades aumentou a partir da década de 1970.

O periódico *Gazeta Regional de Mandaguari* (06/05/1987) afirmou que, nessa época (década de 1970), demarcavam-se, na cidade, 153 casas comerciais que vendiam diversos tipos de objetos e produtos; 92 indústrias que trabalhavam com eletroferragens, materiais elétricos, pré-moldados, produtos laticínios, beneficiamento de café e cereal em geral, fiação, ração, transformadores, móveis e esquadilhas, instrumentos musicais, produtos derivados da borracha, produtos químicos, brinquedos pedagógicos, adubos orgânicos, serralheria, bebidas, extração mineral, gráfica, produtos alimentícios, artefatos de madeira e decoração; e 76 profissionais liberais, como médicos, contadores, dentistas, advogados e outros. Uma das empresas que se destaca é a Cooperativa Agropecuária e Industrial (COCARI), em funcionamento desde 1962, que, segundo o periódico, era “[...] a quinta maior força do cooperativismo do Estado” (GAZETA REGIONAL, 1987, p. 5). Ademais, as famílias vindas de áreas rurais para a sede do Município buscavam vagas para matricular seus filhos em escolas públicas.

No âmbito educacional, com a publicação da Lei nº 5.692 (BRASIL, 1971), tanto o Ensino Fundamental quanto a Educação Infantil passaram a ser de responsabilidade dos municípios. Contudo, segundo Both (1997, p. 56), “[...] não existiu uma política descentralizadora, gerando redes municipais pobres, precárias, dependentes e sem autonomia”. Arelaro (*apud* OLIVEIRA *et al.*, 1999, p. 196), por sua vez, argumenta que:

[...] a descentralização é a expressão de que os detentores do poder não estão seriamente empenhados no compromisso democrático educacional. Se estivessem, teriam, coerentemente, proposto, como fizeram nas áreas que lhes interessava, uma mudança radical, uma lei basicamente centralizadora.

Essa legislação exigiu uma necessária articulação entre governo federal e municípios, no sentido de assessorar os sistemas educacionais. Como postula Tavares (2003), as medidas descentralizadoras da Educação Infantil marcaram o período da Ditadura Militar por suas características autoritárias e tecnocráticas.

Nesse período foram feitas melhorias no prédio da escola e a Educação Infantil passou a atender mais crianças, conforme consta no Projeto Político-Pedagógico (PPP, 2016). A fonte revela que foi o professorado que defendeu a

construção de mais 3 salas de aula. Esses profissionais compreendiam a importância da acomodação das crianças para o sucesso na escolarização.

Uma das entrevistadas na pesquisa revela suas memórias sobre o tempo que estudou na escola, entre 1972 e 1976. Adulta, cursou o ensino superior e trabalha na área de tecnologia em uma fábrica da cidade de Mandaguari:

Nessa escola aprendi minhas primeiras lições para a vida e o convívio em grupo e isso eu levei para a vida toda. [...] Me lembro das aulas, de como escovar os dentes, e também me lembro da Páscoa e de como o coelhinho escondia os ovos nas árvores e a gente saía para procurar. [...] Me lembro dos três primeiros dias de aula que eu só chorava e as professoras tinham que ligar para minha mãe ir me buscar... Dei muito trabalho... Depois me acostumei, gostei muito, e depois disso, queria ir todos os dias (ALUNA A, 2020, s.p.).

A partir de meados da década de 1980, o movimento de democratização não apenas da Educação Infantil, mas da escola pública brasileira, passou a ganhar força. Nessas circunstâncias, a “Educação Infantil, até então distante de um caráter definido e educativo, desprovida de regulamentações e políticas específicas, passou a ser foco de discussão no âmbito da reforma educacional do país” (MOREIRA; LARA, 2012, p. 85).

Kuhlmann Jr. (1998, p. 197) lembra que foi na Constituição Federal (BRASIL, 1988) que aconteceu “[...] a caracterização das instituições de Educação Infantil como parte dos deveres do Estado com a educação”. A Educação Infantil passou a ser considerada uma etapa fundamental da educação básica no desenvolvimento humano. Outra participante da pesquisa, que estudou na escola entre 1986 e 1990, ilustra por meio de suas memórias o papel da escola, não somente no âmbito intelectual, mas, também, no afetivo:

Nossa, para mim aquela escola era imensa, me encantava, eu me via grande, importante, acolhida e valorizada por minhas potencialidades. Eu amava ir para a escola, estudar, fazer apresentações, interagir com os colegas e professores. Era um mundo de novas oportunidades (ALUNA B, 2020, s.p.).

A escola foi lugar de muitas experiências individuais, mas também coletivas. Marcou os que nela estudavam, mas também aqueles que acompanhavam a sua existência por meio das páginas da imprensa, como foi, no dia em que o *Jornal Gazeta Regional* parabenizou a pré-escola por seus 37 anos “[...] de bons serviços prestados à educação das crianças da

comunidade” (GAZETA REGIONAL, 22/05/1987, p. 3). Naquele ano havia 260 crianças matriculadas.

Principalmente a partir de 1980, desabrochava-se uma nova visão relativa às necessidades educacionais das crianças de 0 a 6 anos, passa-se a defender que as pré-escolas, juntamente com as famílias e a comunidade, devem agir conjuntamente para que o desenvolvimento infantil ocorra da melhor forma.

As duas últimas décadas do século XX marcam um novo momento para a Educação Infantil no Brasil, pois, a partir dela, passou-se a reconhecer a importância da aprendizagem dos conteúdos socialmente constituídos já nos primeiros anos de vida como fundamental para o desenvolvimento cognitivo e socioemocional, para a formação integral e para o exercício da cidadania.

As importantes mudanças ocorridas na Educação Infantil brasileira nas duas últimas décadas do século passado simbolizam mais uma importante conquista do povo por meio de suas lutas, já que representa uma política social engajada no educar sem distinção e por garantir não apenas a educação pré-escolar, mas toda a educação básica como direito inalienável de todo cidadão.

O CMEI Tio Patinhas colecionou vitórias, conquistas e avanços, mas, também, passou por muitas dificuldades e enfrentou desafios. Os acontecimentos, as situações e mudanças enfrentadas pelo CMEI e pela Educação Infantil desde 1950 até os anos 2000 são o alicerce, a edificação que, ao mesmo tempo em que se constrói, mantém firme a memória da história do atendimento educacional da crianças pequenas no Brasil, que ainda carece de investimentos em infraestrutura, pessoal e políticas públicas para que possa, de fato, promover o desenvolvimento físico, afetivo, social, cognitivo e cultural dessa fase da vida humana e para romper definitivamente com a ideia de assistencialismo.

Leroi-Gourhan *apud* Le Goff (1990) assevera que a memória é um subsídio importante dentro dos mecanismos que costumamos identificar por identidade individual ou coletiva. Ter e construir memórias é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e “[...] das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 1990, p. 410). Os fragmentos do passado aqui reunidos, não são apenas parte de arquivos ou lembranças de pessoas, de um período de suas vidas. O passado está vivo no presente. As memórias

escolares estão inseridas na construção da história de suas vidas, da sociedade e da formação de suas identidades. Chartier (2002, p. 177) afirma que “[...] a representação que os indivíduos e os grupos fornecem inevitavelmente através de suas práticas e de suas propriedades faz parte integrante de sua realidade social”. As histórias e memórias da educação são uma extensão da vida das pessoas e da sociedade.

Conclusão (considerações finais)

Esse olhar retrospectivo evidenciou que não podemos descontextualizar as ações adotadas por uma instituição de ensino de suas raízes e da conjuntura social na qual a escola está inserida. Não nos basta conhecer a trajetória histórica da instituição. É preciso conhecer as principais ações e pressupostos que embasaram a educação brasileira. Afinal, ter consciência histórica é uma das principais características a nos tornar humanos.

A consciência da passagem do tempo e da historicidade representa um dos meios com os quais são construídas memórias entre alunos, professores e a comunidade mandaguariense. As fontes documentais e as memórias que elas suscitam, fundamentam os vínculos e as relações que as pessoas e a sociedade estabelece com a pré-escola. É uma herança que se entretetece às lembranças da comunidade, constitui identidade e reforça a cultura do povo de Mandaguari.

Ao resgatar as fontes documentais que pertencem ao arquivo da escola, da Prefeitura, da Secretaria de Educação e da Câmara de Vereadores, estamos rememorando a história da educação e dando visibilidade à trajetória à Educação Infantil no interior do estado do Paraná. Poder contar com relatos escritos de pessoas que estudaram no estabelecimento só reforça a sua importância e singulariza a existência da escola para essas pessoas.

Para Le Goff (1990, p. 378), a memória “é a testemunha inspirada dos “tempos antigos”, [um] antídoto do esquecimento”. E este estudo, portanto, é mais um elemento na luta pela valorização e reconhecimento da história da Educação Infantil. Ressaltamos a importância da preservação de arquivos com documentos escolares, os quais nos permitem conexão com o passado. Conhecer a história nos oportuniza reconhecer nossa identidade formada com

uma teia que se liga ao que estava sendo produzido em outros tempos, mas com olhares e questionamentos partindo do presente.

Referências

ALUNA A. *Resposta ao questionário da pesquisa da dissertação*. Mandaguari, 2020.

ALUNA B. *Resposta ao questionário da pesquisa da dissertação*. Mandaguari, 2020.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. A municipalização do ensino no Estado de São Paulo: antecedentes históricos e tendências. *In: OLIVEIRA, Carla et al. (org.). Municipalização do ensino no Brasil: algumas leituras*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOTH, Ivo José. *Municipalização da educação: uma contribuição para um novo paradigma de gestão do ensino fundamental*. Campinas: Papirus, 1997.

BRASIL, *Lei nº 5.692*, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

BURKE, Peter. *O que é história do conhecimento?* Tradução de Claudia Freire. São Paulo: Unesp, 2016.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: [S. I.], 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 dez. 2021.

BRASIL. *Lei nº 790*, de 14 de novembro de 1951. Dispõe sobre a Divisão Administrativa do Estado no quinquênio de 1952 a 1956. Paraná, PR: Presidência da República, 1951. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-790-1951-parana-dispoe-sobre-a-divisao-administrativa-do-estado-no-quinquennio-de-1952-a-1956>. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 4.024*, de 20 de dezembro de 1961. Brasília, DF: [S. I.], 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 29 dez. 2021.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Brasília, DF: [S. I.], 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 29 dez. 2021.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Brasília, DF: [S. I.], 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29 dez. 2021.

CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. Tradução de Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

CMEI Tio Patinhas. *Parque Infantil Décio Medeiros Pullin em fase final de construção*. Mandaguari, 1950. 1 fotografia.

CMEI Tio Patinhas. *Primeira comemoração natalina*. Mandaguari, 1950. 1 fotografia.

CMEI Tio Patinhas. *As fadas*. Mandaguari, 1951. 1 fotografia.

CMEI Tio Patinhas. *Desfile de aniversário de 20 anos da emancipação do município*, 1966. 1 fotografia.

FOLHA de Mandaguari. Periódico local. Circulação entre 1959-1975. Mandaguari, PR.

GAZETA do Povo. *O surto de progresso moral, material e cultural vivido pelo Estado do Paraná atualmente é vertiginoso*. Gazeta do Povo, 1950, p. 4. Curitiba, PR.

GAZETA Regional. *Gazeta Regional parabenizou a pré-escola por seus 37 anos de bons serviços prestados à educação das crianças da comunidade*. Matéria divulgada em 22 de maio de 1987, p. 3. Mandaguari /PR. 1987.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *Educação Física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1988.

GRUPO Mandaguari Histórica. *Parque Infantil Décio Medeiros Pullin em fase final de construção*. Mandaguari, 1950. 1 fotografia.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUSS, Silvana Rodrigues M. *O processo de escolarização no município de Mandaguari-PR (1949-1988)*. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

IBGE. *Censo demográfico – VI Recenseamento Geral do Brasil: estado do Paraná*. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd_1950_pr.pdf.

Acesso em: 08 jan. 2022.

IBGE CIDADES. 2010. *Mandaguari*. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/mandaguari/panorama>. Acesso em: 20 fev. 2023.

KUHLMANN JR., Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 1990.

LIOTI, Cláudia Sena; STENTZLER, Márcia Marlene. Cem anos de Florestan Fernandes: uma vida dedicada à defesa da escola pública. *Praça: Revista Discente da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, Recife*, v. 4, n. 1, p. 19-32, 2020.

MAGALHÃES FILHO, Glauco Barreira. *A essência do Direito*. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2006.

MANDAGUAI. *Ofício nº 57/1954*. Mandaguari, PR: Câmara Municipal, 1954. (Não paginado).

MANDAGUARI. *Ofício nº 02/1953*. Mandaguari, PR: Câmara Municipal, 1953. (Não paginado).

MANDAGUARI. *Resolução nº 1.819, de 24 de abril de 2006*. Mandaguari, PR: Prefeitura Municipal, 2006. (Não paginado).

MANDAGUARI. *Resolução nº 959, de 13 de março 1997*. A Pré-Escola a ser nominado por Pré-Escola Municipal Tio Patinhas: Prefeitura Municipal, 1997. (Não paginado).

MANDAGUARI, *Cadernos Municipais*. IPARDES. 2010. Disponível em: www.ipardes.gov.br. Acesso em: 13 jan. 2022.

MIOTO, Pedro. *História de sobre Mandaguari*. Mandaguari, 1977. (mimeografado, não paginado).

MOREIRA, Jani Alves da Silva; LARA, Angela Mara de Barros. *Políticas públicas para a educação infantil no Brasil (1990-2001)*. Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/kcv6j/pdf/moreira-9788576285854.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2021.

MOURÃO, Gustavo Nunes. A trajetória do desenvolvimento econômico de Mandaguari – PR: uma interpretação a partir das teorias de North, Perroux e Myrdal. *Diálogos & Saberes*, Mandaguari, v. 7, n. 1, p. 37-50, 2011.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. *Educação infantil: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2005.

PARANÁ. *Decreto nº 5.342/1978*. Mandaguari, PR: Secretaria de Educação, 1978.

PARANÁ. *Deliberação nº 003/1998*. Paraná, PR: Secretaria de Educação e Cultura, 1998.

PARANÁ. *Decreto nº 9.587, de 17 de janeiro de 1950*. Institui o Regimento Interno dos Jardins de Infância. Curitiba, PR: Secretaria de Educação, 1950.

PPP. *Projeto Político Pedagógico*. Secretaria Municipal de Educação. Mandaguari, 2016.

SILVA, Felipe Maia Guimarães da. *Questão agrária e modernização no Brasil*. 2014. 249 f. Tese (Doutorado em educação) – Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA, Gizele de. Instrução, o Talher para o Banquete da Civilização: cultura escolar dos jardins de infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929. *Educar*, Curitiba, v. 24, p. 292-293, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.429>

TAVARES, Tais Moura. *Gestão municipal da educação, organização do sistema nacional e regime de colaboração: algumas questões*. *Educar*, Curitiba, n. 22, p. 241-256, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/wvjJC6DPF53TP6Wfn8rJDtq/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

Recebido em: 16/01/2023.

Aceito em: 22/02/2023.

Cláudia Sena Lioti

Cláudia Sena Lioti é Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá, Mestre em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPIFOR) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), vinculando-se à linha de pesquisa de História da Educação. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas História e Memória, e o Núcleo de Catalogação, Estudos e Pesquisas em Memórias Escolares (Nuclatthe), cadastrado no CNPq. Tem graduação em Letras – Vernáculas e Clássicas pela Faculdade Educacional da

Lapa (2019) e graduação em Pedagogia – INSEP (2014). Tem especialização em Atendimento Educacional Especializado pela INSEP (2015), Educação Especial, pelo Grupo Rhema (2016), Alfabetização e Letramento, também pelo Grupo Rhema (2017), e Psicopedagogia: atuação clínica, educacional, empresarial e hospitalar. Atualmente é professora da Prefeitura Municipal de Mandaguari.

 Claudinha.lioti@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/4598649464531071>

 <https://orcid.org/0000-0002-7433-9571>

Márcia Marlene Stentzler

Graduada em Pedagogia pela UFPR, especialização em Psicopedagogia pela FAFIUV, Mestrado em Educação pela UEPG, linha de pesquisa em formação de professores. Doutorado em Educação pela UFPR, linha de pesquisa história e historiografia da educação. Docente adjunta no Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná. Docente no Mestrado em Ensino: formação docente interdisciplinar (PPIFOR). Líder do Núcleo de Catalogação, Estudos e Pesquisas em História da Educação (NUCATHÉ/Unespar).

 mmstentzler@gmail.com.

 <http://lattes.cnpq.br/6870547390134036>

 <https://orcid.org/0000-0002-9634-9148>